



A armadilha neoliberal do Identitarismo: desafios à esquerda e ao Serviço Social

The neoliberal trap of Identitarianism: challenges for the left and Social Work

Karla Queiroz do Nascimento*

 <https://orcid.org/0009-0007-9481-0627>

RESUMO

Este estudo analisa o identitarismo sob a influência da cultura pós-moderna, como uma armadilha do capitalismo tardio, sob a hegemonia neoliberal, que captura as lutas antiopressão e as refuncionaliza para manter as estruturas de poder capitalistas, enfraquecendo a classe trabalhadora e impedindo sua resistência ao neoliberalismo. Outrossim, objetivamos também refletir acerca de alguns equívocos historicamente cometidos em relação às lutas antiopressão e sua importância na luta de classes. Apontamos que os chamados grupos minoritários, na verdade, formam a maioria da classe trabalhadora, cujas identidades de cor, raça, gênero, etnia e sexualidade são historicamente construídas e estão intimamente relacionadas às relações de produção. A partir do Materialismo Histórico-Dialético, da pesquisa bibliográfica e documental, o estudo reflete sobre a necessidade do Serviço Social, como profissão comprometida com a construção de uma ordem societária divergente e fundamentada no Projeto Ético-Político, em articulação com a esquerda e outros profissionais comprometidos com as classes subalternas, disputarem a subjetividade da classe trabalhadora, incorporando as demandas da luta antiopressão, unificando-as e politizando-as, para que se tornem, fundamentalmente, anticapitalistas e, portanto, sejam capazes de fortalecer a luta do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE

Identitarismo; Neoliberalismo; Lutas antiopressão; Pós-modernidade; Serviço Social.

ABSTRACT

This study analyzes identitarianism under the influence of postmodern culture, as a trap set by late capitalism, under neoliberal hegemony, which captures anti-oppression struggles and refunctionalizes them to maintain capitalist power structures, weakening the working class and preventing its resistance to neoliberalism. We also aim to reflect on some historical misconceptions about anti-oppression struggles and their importance in the class struggle. We point out that the so-called minority groups make up the majority of the working class, whose identities – including color, race, gender, ethnicity and sexuality – are historically constructed and closely related to the relations of production. Grounded in Historical-Dialectical Materialism and based on bibliographical and documentary research, the study reflects on the need for Social Work, as a profession committed to building a divergent societal order and based on the Ethical-Political Project, in conjunction with the left and other professionals committed to the subaltern classes, to dispute the subjectivity of the

*Assistente Social. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, Campina Grande, Brasil). Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, Campina Grande, Brasil). E-mail: karlaqueirozn@gmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n49p285-302



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2025 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

working class, incorporating the demands of the anti-oppression struggle, unifying and politicizing them, so that they become fundamentally anti-capitalist and therefore capable of strengthening the struggle of labour.

KEYWORDS

Identitarianism; Neoliberalism; Anti-oppression struggles; Postmodernity; Social Work.

Introdução

Conforme Marx e Engels em “A Ideologia Alemã” (2007), as ideias de uma determinada época são as ideias da classe dominante, que detém tanto o poder material quanto o poder espiritual, isto é, ideológico. Partimos do pressuposto que o debate sobre o “identitarismo” se popularizou a partir de 2018, tido como responsável pela derrocada da esquerda nas eleições presidenciais que ascenderam Jair Bolsonaro ao poder no Brasil. Diante disso, compreendemos que é uma categoria, sobretudo, em análise e debate, sem um consenso estabelecido até mesmo no interior da esquerda.

Neste contexto, pautado no materialismo histórico-dialético (MHD), o presente estudo visa contribuir para o recente debate que tem envolvido tanto a direita política quanto diversas correntes da esquerda, o que tem imposto a necessidade urgente da pesquisa e crítica ao tema. Além disso, objetivamos fornecer subsídios à classe trabalhadora no enfrentamento ao capital na luta de classes; à categoria do Serviço Social, como profissão que tem como matéria prima a Questão Social e suas expressões, comprometida com os interesses da classe trabalhadora e com a construção de uma ordem societária divergente, com vistas à emancipação humana, assim como aos intelectuais e profissionais de esquerda, que não devem estar alheios dos processos e façanhas operadas pelo capital para comprometer a luta do trabalho.

A categoria do Serviço Social tem se deparado com a urgência de incorporar ao interior da profissão e da atuação profissional o debate sobre a luta de classes e as expressões da Questão Social, sob os vieses de raça, gênero, sexualidade e etnia, ainda que tardiamente, visto que tais pautas, por muito tempo, foram esquecidas, excluídas ou secundarizadas. Gramsci (1997) destaca a importância dos intelectuais orgânicos às suas classes, e, enquanto profissionais respaldados pelo Código de Ética de 1993, que propõe um projeto ético-político para orientar o exercício profissional, os assistentes sociais direcionam sua atuação à defesa dos interesses da classe trabalhadora, assumindo este compromisso e contribuindo para a construção de uma sociedade anticapitalista. Ademais, o próprio projeto ético-político versa sobre a importância da incorporação dos avanços nas discussões que abordam os direitos de grupos minoritários — a exemplo da população LGBTQIAP+ — na seara da ética e dos direitos humanos (CFESS, 2012, p. 14).

De certo, a extrema-direita e seus esbirros têm se apropriado das pautas de gênero, raça, sexualidade, etnia e das lutas antiopressão com o objetivo de conquistar espaço no subjetivo da classe trabalhadora e fomentar comportamentos e ações em favorecimento da manutenção da ordem vigente do capital¹, e, preponderantemente, utilizando as populações minoritárias e a luta por seus direitos como “bodes expiatórios” e inimigos

¹ Assim como ocorreu com o nazifascismo, que emergiu após a crise de 1929, utilizando argumentos para dar sustentação à ideia de que a identidade de grupo estava diretamente relacionada à “pureza racial”.

comuns a serem combatidos pela sociedade em geral (Löwy, 2015), haja vista que mediante a crise do capitalismo tardio e suas alternativas de recomposição, o capital produz “responsáveis” pela crise, afinal, é preciso culpar alguém — que não seja o próprio sistema.

Desse modo, é imperativo que a esquerda brasileira e seus intelectuais tenham em suas mãos a “arma da crítica” na luta pela disputa do subjetivo da classe trabalhadora. Marx enfatiza que “a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, no entanto, também a teoria se transforma em poder material assim que se apodera das massas” (Marx, 2010, p. 44), em que não basta apenas interpretar o mundo de diferentes maneiras, o que importa é transformá-lo (Marx; Engels, 2007, p. 535).

Diante disso, pretendemos tecer uma crítica à crítica do identitarismo, especialmente no contexto de ascensão e fortalecimento da extrema-direita no Brasil e no mundo, o que torna essencial questionar: como estamos disputando o subjetivo da classe trabalhadora? Qual o papel dos intelectuais orgânicos ao trabalho, especialmente os assistentes sociais na discussão sobre o identitarismo? Para tanto, apresentamos nesta síntese uma análise que se inicia com considerações iniciais sobre o conceito de identidade, estabelecendo sua relação com a materialidade das relações sociais. Em seguida, abordamos a crise estrutural e a ascensão do neoliberalismo, elementos centrais para o surgimento do identitarismo. Explicamos, também, como as lutas antiopressão são cooptadas pela lógica neoliberal do capital, refletindo sobre essa dinâmica no contexto nacional, especialmente em face da ascensão do conservadorismo. Por fim, destacamos a relação intrínseca entre o neoliberalismo, a cultura pós-moderna e o identitarismo, refletindo sobre os desafios que esse cenário impõe ao Serviço Social e à esquerda.

A materialidade do subjetivo: breves considerações sobre a identidade

Inicialmente, é necessário compreendermos o que é a “identidade” e seu surgimento. Partimos da premissa de que a noção de “identidade” que temos está inserida na concepção da classe dominante sobre o que ela representa. A colonização no Brasil é marcada pela formação da burguesia. Logo, as características que “fundam” a representação no imaginário coletivo do que eram os proprietários dos meios de produção e senhores do capital reduziram-se a homens brancos, europeus, heterossexuais e cisgêneros, um retrato que historicamente constituiu o perfil padrão e normativo para a figura do burguês e da masculinidade. Para Marx (2017, p. 110):

Os economistas têm uma maneira singular de proceder. Para eles, só existem duas espécies de instituições: as da arte e as da natureza. As instituições feudais são artificiais, as da burguesia são naturais. Nisso, eles se parecem com os teólogos, que também estabelecem dois tipos de religião: toda religião que não é a deles é uma invenção dos homens, ao passo que a deles é uma emanção de Deus. Dizendo que as relações atuais – as relações da produção burguesa – são naturais, os economistas dão a entender que é nessas relações que se cria a riqueza e se desenvolvem as forças produtivas segundo as leis da natureza. Portanto, essas relações são leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem sempre reger a sociedade. Assim, houve história, mas não há mais.

Nesse sentido, o autor aponta como os economistas burgueses veem as identidades, demonstrando a naturalização de uma construção histórica do “ser burguês” como algo

absoluto, fixo e imutável. Essa visão reflete a forma de valorização do capital, que a partir de uma identidade estática e ideal, assegura que alguns grupos subalternizados sejam explorados para manutenção do sistema (Barros, 2019).

Portanto, essa identidade burguesa assume um papel de identidade universal, sem que seja percebida como tal, e representa a personificação de uma classe dominante de existência concreta e “espelho” da civilização, mas, sem ser vista como construída historicamente (Barros, 2024), corroborando a visão Gramsciana de que a classe dominante, a partir dos aparelhos privados de hegemonia, ou seja, a partir da esfera da reprodução, impõe suas concepções e interesses particulares como se estes fossem universais (Fontes, 2023).

Segundo Barros (2024), quando as coroas europeias chegaram às colônias, foi necessário impor uma lógica de categorização dos papéis de gênero, raça e sexualidade aos povos originários, o que foi feito de maneira coercitiva. Isso significa que os povos que se reconheciam e diferenciavam-se por elementos como religião, território, crenças, linguagem etc., passam a adotar forçadamente identidades impostas — à exemplo dos povos africanos, forçados a diferenciarem-se pela “identidade racial”, anteriormente inexistente. Logo, a primeira identidade que surge e precede o surgimento das demais é a identidade burguesa, que, forçadamente, cria tais diferenciações e impõe uma transformação radical que exige uma ressignificação da história e reconhecimento dos povos.

Conforme o mesmo autor, anteriormente à modernidade já existiam identidades culturais, no entanto, estas não eram utilizadas para estruturar um sistema de exploração ou para criar uma narrativa discursiva que reduzisse esses grupos a rótulos específicos. Portanto, o processo de identificação relaciona-se diretamente com a configuração do colonialismo e a necessidade de gerar uma “unidade” para ser controlada pelo poder, e assim, segmentar quais grupos devem ser subjugados, quais devem viver e quais devem morrer. Esse processo não apenas submete as identidades às estruturas impostas, mas, também, recoloniza sua identidade, limitando sua autonomia e reconfigurando sua posição dentro da lógica do capitalismo, de como essas populações devem ser pensadas e como devem se comportar dentro da estrutura imposta.

Sendo assim, as identidades estão intrinsecamente relacionadas à forma de organização da reprodução da vida social e estruturas sociais e econômicas de manutenção das relações de poder (Fanon, 2008), em que a construção da subjetividade é marcada pelas condições sociais e materiais que estruturam a vida cotidiana. Portanto, o mais subjetivo possível da realidade não está separado da materialidade que organiza a reprodução da vida social. Nesse sentido, a identidade não é fruto de uma consciência individual. Na verdade, é uma relação social estruturante que transcende o individual, haja vista que é construída histórica e concretamente.

A partir do materialismo histórico-dialético de análise, e especialmente da categoria da historicidade, é imprescindível reconhecer que existe uma identidade dominante no capitalismo, naturalizada no âmbito da reprodução, mas constituída e forjada a partir da luta de classes. Desse modo, essa identidade naturalizada acaba banindo da história todas as outras identidades e expressões culturais que escapam do padrão da classe dominante, seja através da exclusão dessas populações, o apagamento de suas histórias ou a sua

folclorização². Além disso, essa exclusão não ocorre estritamente no âmbito da reprodução, mas é também uma forma de manter a rotatividade do capital. De tal maneira, isso desvela a forma como a ordem burguesa organiza as noções de universal e particular, estabelecida com critérios de seletividade e exclusão.

Diante disso, destaca-se a importância e relevância do método de Marx para analisar o identitarismo, uma vez que as questões relacionadas à reprodução das condições de vida material estão intrinsecamente ligadas à produção. Essa dinâmica só pode ser compreendida em sua totalidade por meio do Materialismo Histórico-Dialético, que permite uma análise aprofundada da categoria, além de destacar o papel fundamental da luta de classes nesse processo.

A lógica neoliberal como gestora do identitarismo

Compreendendo o surgimento das identidades no contexto da formação capitalista, retornamos ao século XX, que demarca importantes mudanças no que se refere às identidades no sistema do capital. Com o colapso da falsa universalidade da modernidade³, que sustentava promessas de “progresso” e “igualdade” ilusórias, o Estado busca estabelecer formas mais eficazes de controle, adotando critérios de exclusão que marginalizam e segregam ainda mais determinados grupos, em função da manutenção da ordem. Nesse processo, conforme apontava Gramsci (2006) o Estado age operando ora consenso, ora coerção, para neutralizar qualquer tipo de resistência ou oposição ao sistema vigente. Logo, é nesse contexto que emergem as políticas de identidade, uma estratégia para evitar a organização desses grupos sociais, o que dificultaria as ações inescrupulosas do Estado capitalista para preservar o poder. Barros (2024) nomeia essas ações de “contrainsurgência sistêmica”, que atua para que os grupos oprimidos não se transformem em uma identidade de luta coletiva.

No final da década de 1960 e início de 1970 o capitalismo enfrenta sua crise estrutural que perdura até a atualidade. De acordo com Mészáros (2011), tal crise é universal, afetando diversas esferas; global, atingindo todas as economias, não apenas as periféricas; contínua, diferentemente das crises anteriores; e se desdobra de forma gradual, agravando-se e colocando o capital diante de seus próprios limites absolutos.

Para enfrentar a crise estrutural, o capital empreende uma mundialização pautada no predomínio da esfera financeira; uma reestruturação produtiva que abandona o modelo fordista e flexibiliza a produção e as relações sociais que a determinam e a disseminação de um aporte político-ideológico, para refuncionalizar os Estados nacionais, fazendo-os favorecer suas espoliações e expropriações e

² Nesse prisma, as religiões de matrizes africanas têm seus símbolos, crenças e costumes demonizados, tendo sua herança cultural sistematicamente excluída; a literatura das regiões Sudeste e Sul é considerada como a literatura nacional, com São Paulo e Rio de Janeiro sendo vistos como os “berços da cultura brasileira”, enquanto a literatura nordestina é rotulada como “regional”, a exemplo disso, tem-se Ariano Suassuna, escritor pouco reconhecido nacionalmente e dificilmente inserido nas ementas disciplinares das escolas, reduzido a relevância regional.

³ Antes da crise dos anos 1970, no contexto da modernização clássica do capitalismo, predominava a ideia liberal de que o desenvolvimento do capitalismo seria capaz de absorver as identidades formadas durante o colonialismo, promovendo uma unificação. A principal crença dessa visão era que, a partir da inserção no mundo do trabalho, as identidades seriam completamente integradas, e, portanto, seriam eliminadas as questões que envolviam as opressões operadas no colonialismo, como o racismo (Barros, 2024).

inculcar no ser social dos fins do séculos XX e do século XXI uma “nova razão do mundo”, que imprime, tanto nos homens quanto nas instituições públicas, uma sociabilidade calcada nas dinâmicas produtivistas, gerenciais e competitivas das empresas privadas [...] (Silva, S. S. et al., 2023, p. 213).

Diante disso, concentramos nossa análise na ofensiva político-ideológica que institui a “nova razão de mundo” (Dardot; Laval, 2016): o neoliberalismo, evidenciando, portanto, sua estreita relação com o identitarismo, manifestada nas esferas ideológica e subjetiva, mas ancorada na materialidade das relações sociais e de poder que se consolidam na era neoliberal. Os referidos autores explicitam que o neoliberalismo vai além de uma simples funcionalidade econômica ou um conjunto de políticas; trata-se, sobretudo, de uma forma de governança e racionalidade que se estende por todas as esferas da vida, não se limitando, portanto, ao âmbito econômico. Para os teóricos, o neoliberalismo impõe uma lógica de mercado em todas as esferas da vida, transformando os sujeitos em “empresários de si mesmos”.

Nesse contexto, surge a figura do “homem-empresa”, em que o gerenciamento da vida passa a ser encarado como o gerenciamento de uma organização empresarial, o que leva à desresponsabilização do Estado e à hiperresponsabilização dos indivíduos⁴. Há, neste momento, a requisição para que o Estado se torne um regulador e facilitador das relações de mercado (Harvey, 2008), disposto a garantir a concorrência entre países, empresas e indivíduos, para assegurar a prevalência das leis do capital. Assim, ele estabelece uma nova razão de mundo, abrangendo as esferas social, cultural, política, econômica e financeira.

Dessarte, o neoliberalismo pode ser compreendido como fundamental para o surgimento do identitarismo, uma vez que essa racionalidade cria as condições necessárias para que o identitarismo se desenvolva e se fortaleça (Barros, 2024). Ao moldar os indivíduos e a sociedade sob a lógica neoliberal, há uma fragmentação das identidades sociais, em que as questões coletivas são reduzidas a aspirações individuais, enfraquecendo a solidariedade de classe, dismantelando a organização coletiva, dismantando as lutas antiopressão — ruindo sua potencialidade revolucionária — e, principalmente, aniquilando a consciência de classe da classe trabalhadora. Nesse processo, as lutas antiopressão são reconfiguradas dentro da lógica mercantil neoliberal, afastando-as das questões estruturais que inicialmente as conectavam⁵. Portanto, como um sistema de crise permanente (Mészáros, 2011), o identitarismo emerge como uma resposta em nível subjetivo e ideológico às transformações nas relações de produção pós-crise estrutural (Barros, 2024).

Nessa conjuntura, as lutas antiopressão são apropriadas pelo sistema capitalista e se transformam em lutas identitárias, em que o neoliberalismo, por meio da individualização dos sujeitos, despolitiza as lutas, absorvendo-as e as reconfigurando de maneira a não gerar conflitos com o capital, esvaziando seu potencial político. Desse modo, o sofrimento coletivo e experiências compartilhadas pelos grupos minoritários originam um sujeito político grupal, que passa a demandar políticas específicas para, de algum modo, superar

⁴ Alimentando uma lógica meritocrática na sociedade.

⁵ Vale salientar que na década de 1990 o próprio Banco Mundial, imerso na concepção neoliberal, recomendou aos países “emergentes” reformas no Estado para que este se adaptasse às mudanças no mundo, ou seja, ao modelo de gestão neoliberal, em que a promoção direta do desenvolvimento não deveria ser de responsabilidade do Estado, mas, sim, do mercado, orientando que as demandas sociais deveriam ser geridas por meio deste (Banco Mundial, 1997 *apud* Ugá, 2004).

as opressões vivenciadas. No entanto, o capitalismo neoliberal como máquina de moer gente, opera uma refuncionalização desse processo para beneficiar a ordem.

Dessa forma, o Estado neoliberal que gerencia as demandas das identidades e as organizam a partir do mercado transformam-nas em verdadeiras mercadorias de consumo, em que as identidades se tornam mais uma das formas de destacar-se no mercado. Surge, então, a apropriação de identidades para fins comerciais, expressas como um estímulo ao consumo de produtos confeccionados por pessoas pretas, acessórios de marcas gerenciadas por pessoas trans ou o consumo na esfera da indústria musical, apoiando artistas pertencentes a tais identidades para gerar identificação.

A adequação às demandas de mercado é refletida nas propagandas e publicidades, que, por meio de algoritmos das grandes empresas de tecnologia, estruturam a web sob o monopólio das corporações, gerenciando e moldando as identidades de forma eficiente e invisível (Barros, 2024). Assim, observa-se a minimização das demandas dos grupos, através de ações superficiais de inclusão, que apenas atendem a uma lógica mercadológica sem promover mudanças substanciais, e que escolhem os momentos específicos para apoiar as causas dos grupos minoritários e “levantarem suas bandeiras” em benefício próprio. Isso ocorre para que o Estado, adaptando-se às exigências do mercado financeiro, apresente-se como um local confiável para atrair investimentos, assumindo uma postura de gestor empresarial, e como consequência disso, as identidades passam a ser cada vez mais policiadas, inclusive por diversos setores da esquerda.

Logo, enquanto a ênfase está na representatividade e no empoderamento dos historicamente marginalizados, na prática, acabam sendo estratégias de enriquecimento do capital pela via de valorização de uma das formas de mercadoria: a mercadoria humana, o que permite que as identidades sejam acessadas via consumo, seja utilizando determinadas marcas, acessórios ou produtos — que inauguram grupos identitários que reconhecem-se pelo acesso aos mesmos objetos de consumo —, em que a identidade se torna um meio de maximizar o valor pessoal dentro da lógica do capital, o que corrobora a tese de Dardot e Laval (2016) quando referem-se ao fenômeno do “homem-empresa”, em que as relações sociais tornam-se negócios, e os sujeitos, tornam-se indivíduos empreendedores e mercadorias de si mesmos, evidenciando a barbárie na dimensão mais profunda da reificação do homem.

A armadilha do capital: como as lutas antiopressão tornam-se identitárias

De certo, houve uma banalização do termo "identitarismo", utilizado amplamente e com diferentes interpretações, sem um consenso sobre seu real significado. Todavia, trazemos uma questão central a ser considerada, sustentada no posicionamento teórico que fundamenta nossas análises: as lutas antiopressão não são necessariamente lutas identitárias; elas se tornam identitárias quando cooptadas pelo capital, que as refuncionaliza para legitimar a ordem capitalista sem qualquer intenção de alterar suas estruturas e reduzem-se a movimentos esvaziados da perspectiva revolucionária.

Os movimentos de grupos historicamente marginalizados, como os movimentos negro, indígena, LGBTQIAP+, feminista, anticapacitista, entre outros, têm resistido ao apagamento de suas histórias e à opressão imposta pela classe dominante. Historicamente

subalternizados, esses movimentos buscam a afirmação e representatividade, adotando uma “inversão” da lógica dominante. No entanto, é neste momento em que há o risco de que essas lutas se tornem identitárias, ao se concentrarem apenas na disputa por um espaço dentro do mercado, da economia, dos monopólios da mídia⁶ e da sociabilidade capitalista, sem operar uma luta em direção à superação das estruturas que fomentam as opressões. Assim, a exaltação de grupos minoritários, sem conectar suas lutas a uma perspectiva revolucionária, acaba hiperparticularizando suas ações. Portanto, as lutas antiopressão precisam ser, antes de tudo, anticapitalistas, pois é o próprio sistema capitalista que perpetua e reproduz as desigualdades.

A problemática em questão vai além da mera representatividade dos grupos minoritários. Embora indivíduos que pertencem a essas comunidades e seus movimentos tenham conquistado espaços anteriormente inacessíveis, como cargos importantes na política, nas artes e nas empresas, esses sujeitos ainda representam uma minoria esmagadora, e essa inserção não altera, por si só, as condições de vida da maioria que continua a integrar essas comunidades⁷. Além disso, esta representatividade de “um em um milhão”, muitas vezes utilizada para reafirmar uma lógica meritocrática, mascara as desigualdades sistêmicas que esses grupos ainda enfrentam. Todavia, enfatizamos que a representatividade é fundamental na luta contra a opressão, pois a presença desses representantes é um passo importante para dar voz aos grupos marginalizados e torná-los visíveis⁸. No entanto, ela

⁶ O conceito e funcionamento do “pink money” e “black money” demonstram como o capitalismo de mercado explora o potencial de consumo dos grupos LGBTQIAP+ e do movimento negro. O termo “pink money” surgiu nos Estados Unidos na década de 1960, quando as empresas passaram a reconhecer o poder de consumo das populações LGBTQIAP+. Desde então, com o objetivo de maximizar os lucros, as empresas associaram-se às pautas de diversidade e inclusão, lançando campanhas e ações de marketing para atrair esse público. De forma semelhante, o “black money” visa empoderar negócios liderados por negros, criar uma comunidade de consumo entre pessoas negras e pressionar empresas a contratar mais profissionais negros, promovendo, teoricamente, uma “democracia racial”. No entanto, essas estratégias são instrumentalizadas pelo capital, que, ao se apropriar das lutas por representatividade, as transforma em ferramentas de reforço da lógica capitalista. Com a ascensão da extrema-direita ao poder, especialmente nos Estados Unidos com a posse de Donald Trump em 2025, que reuniu grandes bilionários e chefes das big techs, como Elon Musk (SpaceX e Tesla), Jeff Bezos (Amazon), Mark Zuckerberg (Meta), Tim Cook (Apple) e Sundar Pichai (Google) (BBC News, 2025), os mesmos empresários que apoiam publicamente Trump estão também imersos no desmonte das políticas de diversidade, equidade e inclusão, orientados pelos ditames de uma política autoritária e fascista de Donald Trump (Exame, 2025). Isso evidencia que a principal motivação das empresas ao adotar pautas de grupos minoritários é o consumo, e na atualidade, tais grupos deixam de ser vistos como consumidores e tornam-se o inimigo comum a ser combatido.

⁷ Para exemplificar melhor, podemos relacionar a temática à Beyoncé, cantora norte-americana mundialmente reconhecida e frequentemente vista como símbolo do empoderamento feminino negro. Em suas músicas, como em “Formation” — faixa do álbum “Lemonade”, cujo conceito aborda o empoderamento feminino, papéis de gênero, racismo estrutural, entre outros temas —, ela expressa uma visão de empoderamento do povo preto baseada no consumo, promovendo uma perspectiva meritocrática que se inscreve na lógica do capital. Assim, sua representatividade carece de qualquer intenção revolucionária voltada à transformação concreta das condições de vida da população negra. Além disso, Beyoncé foi acusada de utilizar mão de obra escrava no sudeste asiático, onde abriu uma fábrica de roupas (Esquerda Online, 2016). A representatividade atribuída a ela mascara o fato de que, como parte do pequeno comitê de bilionários, seus interesses estão alinhados com a manutenção das estruturas de poder existentes.

⁸ Um exemplo disso é a deputada federal Erika Hilton, uma mulher negra, transexual, eleita como Deputada Federal do Brasil no ano de 2023, representante do Congresso Nacional, que, embora ocupe uma posição de destaque, ainda é vista pela ótica capitalista e dominadora da classe dominante. Sua presença, no entanto, abre caminhos importantes para a luta antiopressão, como evidenciado pela mobilização em defesa dos direitos da população LGBTQIAP+ e pelo engajamento na luta antirracista; assim como por sua atuação na

não é suficiente por si só, e não deve ser vista como um fim em si mesma, afinal, a representatividade, isoladamente, não confronta as estruturas que reproduzem as opressões.

É fundamental defender as políticas de igualdade racial, de gênero, sexualidade, e a proteção dos povos indígenas, entre outras causas. No entanto, é essencial que o objetivo seja a transformação radical das estruturas sociais (Fanon, 2022). A superação do racismo, por exemplo, não se resume à igualdade racial, mas sim à desracialização da sociedade; a superação do machismo não é apenas a igualdade de gênero, mas a eliminação do signo de gênero; e a superação da LGBTfobia não é a simples integração das pessoas LGBTQIA+ na sociedade, mas a superação desses marcadores e das estruturas sociais que os sustentam.

Entregues às garras do capital: o identitarismo foi responsável pela derrota da esquerda no Brasil?

Outrossim, a derrocada da esquerda e ascensão de Bolsonaro em 2018 não foram causadas pela centralidade das pautas identitárias, nem mesmo os partidos progressistas deram prioridade à luta contra as opressões; nenhum candidato abordou de maneira significativa o genocídio das populações negra e indígena, ou as questões relacionadas às mulheres e à população LGBTQIAP+. As estratégias de comunicação que adotaram termos como “lugar de fala”, “colorismo” e “empoderamento” seguiram uma lógica liberal e não enfrentaram questões estruturais da política nem os problemas da classe trabalhadora, que, em grande parte, não se reconhece nesses debates (Davis, 2016). Isso resultou em críticas à esquerda, acusada de se tornar “identitária”, como se fosse possível separar a luta contra as opressões dos interesses da classe trabalhadora. No entanto, essas lutas estão profundamente interligadas; a esquerda “ortodoxa”, ao idealizar uma classe trabalhadora homogênea, composta por homens brancos, cisgêneros e heterossexuais, ignora que a classe trabalhadora no Brasil é, majoritariamente, negra, feminina, e diversa em termos de gênero e orientação sexual.

Por isso, as lutas antiopressão, quando conectadas à perspectiva revolucionária e estrutural, abrangem diretamente as condições de vida, salário, trabalho e existência da classe trabalhadora. Afinal, discutir racismo e machismo é compreender o papel subalterno de negros e mulheres na divisão social do trabalho; abordar a LGBTfobia e discriminação de gênero diz respeito à reprodução compulsória da classe trabalhadora para maior extração de mais-valia, ao controle dos corpos femininos e trabalho doméstico não remunerado, que implica numa jornada de trabalho precária para a maioria das mulheres, que, conseqüentemente, são excluídas da vida pública dado o tempo exaustivo de trabalho. Logo, as questões supracitadas estão intimamente relacionadas às piores condições de trabalho — informal e precarizado — e menores salários que são condicionados a esses grupos, que também são os primeiros a serem atingidos quando há o desmonte das políticas públicas — a exemplo da contrarreforma trabalhista instituída

defesa do fim da escala 6x1 no Congresso Nacional, demonstrando a intrínseca relação entre a luta antiopressão e a luta da classe trabalhadora como um todo, considerando que estas não podem ser dissociadas. Temos uma classe trabalhadora que tem cor, raça, etnia, gênero e sexualidade (Carta Capital, 2024).

por Michel Temer, em 2017, ou da contrarreforma previdenciária operada por Jair Bolsonaro, em 2019.

Assim, é urgente traçar estratégias para superar o identitarismo e o liberalismo dentro dos movimentos de luta contra as opressões, uma vez que nem todos os movimentos são identitários. Raça, classe e gênero são categorias histórico-sociais indissociáveis, que devem ser combinadas a nível de ação política (Manoel, 2019), haja vista que reconhecer que a classe trabalhadora possui gênero, cor, raça, sexualidade e divisão geográfica não nega sua universalidade, mas a torna mais concreta. Dessarte, a solução não é ignorar ou secundarizar essas lutas⁹, mas, sim, disputá-las com o capital e politizá-las, pois, reduzir as lutas antiopressão a pautas meramente identitárias é uma estratégia do próprio sistema. O papel da esquerda, e principalmente da esquerda marxista e as profissões que, como o Serviço Social, atuam nessa perspectiva de construção de uma nova ordem societária, não deve se omitir desse compromisso.

Nos termos de Marx (2022, p. 500) “[...] o trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro.” Logo, não faz sentido que o marxismo, baseado no materialismo dialético, trate a identidade de forma acrítica. Comumente, é possível identificar alguns “marxistas” ou esquerdistas que consideram a luta contra as opressões como secundária e “priorizam a classe trabalhadora”, mas estão imersos numa abstração. À vista disso, refletimos: é coerente sacrificar comunidades em nome de uma universalidade abstrata que historicamente beneficia os mesmos grupos — homens brancos, cis e héteros? O identitarismo, presente até mesmo nos discursos no interior da esquerda, fortalece os conservadores, que se eximem de dialogar sobre as pautas raciais, femininas, LGBTQIAP+, indígenas, entre outras, rotulando-as como “identitárias”, sentem-se desobrigados a dialogar com outras produções de autores como Fanon, Clóvis Moura, Angela Davis e Lélia Gonzalez, que defendem uma luta de classes concreta, com uma classe trabalhadora que possui determinações socio-históricas.

Contudo, nossa hipótese é de que a derrocada da esquerda nas eleições de 2018 não se deu pelos “movimentos identitários”, mas pelo abandono do trabalho de base eleitoral. A esquerda falhou em politizar as demandas dos grupos marginalizados, o que resultou na entrega das mulheres às igrejas neopentecostais, que, invadidas pelo conservadorismo, ascendendo o fenômeno crescente das “tradwives”¹⁰, que representam um retrocesso na luta feminina e emancipação das mulheres. Do mesmo modo, não alimentou uma integração na vida comunitária da comunidade LGBTQIAP+ com politização, entregando-

⁹ O resultado dessa secundarização ou exclusão é o distanciamento das lutas antiopressão do marxismo e da perspectiva revolucionária que precisam urgentemente serem unificadas. Ademais, a história corrobora com fatos a necessidade da união dessas pautas que são intrínsecas, como na Revolução Russa de 1917, em que as mulheres tinham um papel crucial e foram a “força motriz” da luta (Blog da Boitempo, 2017); ou os Panteras Negras, que surgiram em 1966, influenciados pelo marxismo-leninista, atuando na autodefesa contra a violência policial e opressão racial, tratando-se de uma organização política atuante que teve grande impacto sobre a justiça social e direitos civis nos Estados Unidos, promovendo programas sociais de combate à pobreza e desigualdade que assolavam a população negra (Politize, 2023). Em suma, se o horizonte é a revolução, é imperativo unificar as lutas, e o marxismo e o método dialético de análise são importantes instrumentos na cooptação desses movimentos sociais.

¹⁰ Um movimento que se tornou viral nas redes sociais, composto por mulheres que “optam” por serem submissas e performarem papéis de gênero ultratradicionais. Para uma exposição mais detalhada do tema, ver: <https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-51183651>.

os, também, ao conservadorismo das instituições religiosas em busca de acolhimento, gerando uma onda de “renúncia à sexualidade” — a nova “cura gay” —, que resultou no suicídio de diversos jovens¹¹ que, negando suas identidades em nome do “acolhimento” neste momento de crise e insegurança, chegaram ao ápice da tortura psicológica. Em suma, permitiu a ascensão de uma juventude conservadora e reacionária, que naturalizam práticas racistas, LGBTfóbicas e misóginas, fazendo-o sem temor da exposição.

O cordão umbilical que liga o Neoliberalismo, a Pós-modernidade, o Identitarismo e o Serviço Social

Desde o movimento de reconceituação na década de 1960, o Serviço Social tem assumido um compromisso com o enfrentamento ao conservadorismo e adotado uma postura crítica. Esse processo de sucessivas aproximações e combate ao conservadorismo resultou na revisão da própria profissão e suas bases conservadoras, promovendo a renovação do Serviço Social e intenção de ruptura (Simionatto, 2009). As décadas de 1970 e 1980 foram caracterizadas por revisões críticas da formação em Serviço Social, e as representações teórico-metodológicas, ético-políticas, didático-pedagógicas, construídas de forma coletiva (Guerra, 2018).

A profissão se depara com a necessidade da articulação da teoria, da história e de um método, para adquirir cientificidade e distanciar-se das práticas tecnicistas e conservadoras presentes nas protoformas do Serviço Social (Iamamoto; Carvalho, 2015). Logo, a teoria social crítica do Materialismo-Histórico-Dialético é o caminho metodológico adotado pelo Serviço Social — ainda que essa aproximação com o marxismo tenha sido de forma “vulgar”, ou seja, recorrendo à teóricos marxistas e suas interpretações, e não diretamente à Marx — (Yazbek; Iamamoto, 2019), na perspectiva de emancipação humana e social, consolidando sua identidade alinhada ao projeto da modernidade, e, ao mesmo tempo, rompendo com o compromisso social estabelecido historicamente com os interesses burgueses (Simionatto, 2009).

Paralelamente, esse processo permitiu ao Serviço Social compreender-se na divisão sociotécnica do trabalho e no processo de produção e reprodução das relações sociais, compreendendo os projetos societários em disputa e assumindo um compromisso com a classe trabalhadora. Assim, o amadurecimento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político culminou na formulação do Código de Ética de 1993 e a regulamentação da profissão no mesmo ano, consolidando o direcionamento da categoria e reforçando o compromisso com a defesa dos interesses das classes subalternas; além disso, resultou também numa revisão da própria formação, estabelecendo as Diretrizes Curriculares de 1996, que estabelece uma direção para o exercício profissional na atuação no enfrentamento às expressões da Questão Social.

Para compreender o surgimento do debate sobre a pós-modernidade no Serviço Social, é essencial considerar a crise estrutural de 1970, que marcou profundas transformações no capitalismo, abrangendo as esferas social, econômica, política e ideológica. Nesse

¹¹ Apesar de muitos casos serem abafados pela mídia, o caso de Karol Eller teve uma grande repercussão nacional. Para mais informações sobre o caso, ver <https://www.cartacapital.com.br/politica/deputados-pedem-investigacao-sobre-cura-gay-em-igreja-evangelica-apos-morte-de-karol-eller/> e <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/a-morte-de-karol-eller-o-que-ou-quem-foi-responsavel/>.

contexto, a mídia assume um papel central, a vida torna-se mais acelerada e o modelo político-econômico-ideológico neoliberal encontra um solo fértil para emergir (Evangelista, 2007), resultando em uma reestruturação sistêmica que Mandel (1985) descreve como “Capitalismo Tardio”, voltado para a manutenção dos interesses da burguesia. Segundo Harvey (2008), essas mudanças, especialmente na esfera cultural, evidenciam a conexão entre as formas culturais pós-modernas e o modelo neoliberal de gestão da vida.

De acordo com Simionatto (2009), a pós-modernidade possui características centrais que a define, como a flexibilização das análises de forma fragmentada, imediata e subjetiva da realidade; a descridibilidade às chamadas “metanarrativas”, especialmente a teoria de Marx; o abandono das metodologias e a adoção de abordagens individualistas e culturalistas para explicar os fenômenos contemporâneos (como se estes não tivessem fundados na historicidade); a centralidade da linguagem e das novas tecnologias e a valorização da efemeridade. Sobretudo, há o abandono da totalidade nas análises (Netto; Carvalho, 2012), e a base do discurso pós-moderno exclui a relação entre as classes, o movimento da luta de classes e do capitalismo (Tonet, 2009), fortalecendo a alienação e reificação, visto que não aborda os nexos ontológicos da realidade social (Harvey, 2008). Contudo, isto recai sobre a organização política da classe trabalhadora, em que há uma subsunção dos interesses universais e de classe, por aspirações individualistas.

Portanto, entendemos a pós-modernidade como a cultura e ideologia do capitalismo tardio sob a hegemonia neoliberal, e o identitarismo, por sua vez, é gestado por essa cultura pós-moderna à nível ideológico e subjetivo. O neoliberalismo, essencialmente um poder ideológico e subjetivo, contribui para a criação de um consenso e apassivamento da classe trabalhadora, despolitizando-a. Para isso, ascende a cultura pós-moderna — imediata, flexibilizada e sem rigor científico — para disputar a subjetividade da classe trabalhadora, resultando em indivíduos moldados por essa lógica: os “homens-empresa” — descritos por Dardot e Laval (2016) — que, dentro dos movimentos sociais, emergem o identitarismo — quando as lutas antiopressão caem na armadilha do capital e se despolitizam —, minando as lutas contra opressões ao não confrontar as estruturas do capitalismo, operando na manutenção da ordem vigente.

Os teóricos pós-modernos apontam que as narrativas da modernidade não são capazes de explicar as transformações ocorridas na sociedade, e que o marxismo se tornou defasado, com uma visão dogmática ou economicista da realidade, enquanto a pós-modernidade seria mais “pluralista”. Sendo assim, o rigor científico e metodológico de construção de conhecimento é rejeitado — o que dá espaço à manipulação do conhecimento e dos saberes. Simionatto (2009) ressalta que, no debate marxista, a compreensão da objetividade não é economicista e reduz-se à esfera da produção, haja vista que abrange também a esfera da reprodução das relações sociais, que têm materialidade objetiva. Isso não significa que a subjetividade dos indivíduos está desconexa da objetividade das relações sociais, mas sim, que devem ser abordadas a partir do ponto de vista histórico, dialético e ontológico, para abranger a totalidade.

Nesse ensejo, o MHD como método de análise não deve ser descartado por não oferecer uma resposta a todas as questões da sociedade. Na verdade, a validade do marxismo está no MHD e a forma de suas análises a partir de suas categorias fundamentais; o método não

se propõe como uma explicação absoluta para todas as questões, mas é, sobretudo, um ponto de partida para a reflexão da sociedade e suas constantes transformações.

O discurso pós-moderno defende um individualismo que promove “particularismos”, na “defesa da democracia”, a qual, na verdade, mascara o projeto de desmonte da construção de uma organização voltada à superação do modo de produção capitalista (Rouanet, 1986). Logo, essa lógica de fragmentar as causas visa eliminar a possibilidade de organização da classe trabalhadora com suas intrínsecas particularidades: gênero, cor, raça, etnia, sexualidade. Ao operar tal fragmentação, desestabiliza-se os movimentos sociais e se apassiva a luta de classes — vista sob uma ótica universalista e abstrata, pois não apreende as particularidades constituintes da classe trabalhadora.

Entretanto, por muito tempo os teóricos que abordavam a importância da luta antiopressão e as particularidades da classe trabalhadora — até mesmo no interior do Serviço Social — foram considerados pós-modernos, ou, propositalmente esquecidos; e os movimentos sociais de grupos minoritários foram silenciados e taxados de “identitários”, ainda que não fossem e não tivessem sucumbido ao capital. As lutas antiopressão fazem parte da concepção moderna, e existem no movimento de resistência desde o início do colonialismo e do capitalismo, negar isso significa comprometer-se com a manutenção da ordem vigente e o desmonte da luta da classe trabalhadora.

O Serviço Social não está imune às influências das correntes pós-modernas e ao retorno do conservadorismo para a profissão, uma vez que a abordagem pós-moderna se distancia da compreensão profunda dos fundamentos das expressões da Questão Social, o que representa uma problemática para o Serviço Social, especialmente considerando que seu projeto ético-político se baseia no combate constante ao conservadorismo e na defesa intransigente de uma nova ordem societária.

Outrossim, com o neoliberalismo aprofundou-se o pauperismo, as condições precárias de trabalho, ocasionando o agravamento das expressões da Questão Social (Yazbek, 2009). Nesse contexto, a pós-modernidade no Serviço Social reatualiza o conservadorismo ao tratar a Questão Social de maneira particularista e individualizante, caminhando para a patologização. Isso impede que os profissionais, imersos na corrente pós-moderna, compreendam os limites da sociabilidade capitalista, suas contradições nas relações sociais e a dialética entre o sistema capitalista e o surgimento do Serviço Social enquanto profissão.

Como resultado, fragiliza-se a atuação do Serviço Social, afastando-o de seu compromisso com o projeto ético-político e promovendo respostas imediatistas para as demandas profissionais, aproximando-se de uma visão reformista (Iamamoto, 2007). Esse conservadorismo contemporâneo tem criminalizado os movimentos sociais, reprimido os trabalhadores e implicado em violência contra o outro e discriminação, negando o direito à existência das pessoas em suas diferenças (Barroco, 2011).

Desde a gestão de 2017–2018, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) tem se comprometido com o debate étnico-racial na formação em Serviço Social, demonstrando a mobilização e organização da categoria em reconhecer a importância das pautas dos grupos minoritários. Esse processo incluiu uma “autocrítica”,

que permitiu dar voz e vez aos marginalizados nesse debate. Do mesmo modo, a gestão 2023–2024 consolidou a formação antirracista como uma das suas pautas centrais, considerando-a uma forma de reparação histórica e reconhecendo o avanço dessa temática dentro do Serviço Social, resultado das lutas internas da categoria¹² (Silva, S. R. V. et al., 2023). Logo, é tempo de recuperar o tempo perdido! De fazer as pazes com a história (Iamamoto, 2012 *apud* Silva S. R. V., et al., 2023) e reafirmar o compromisso do Serviço Social com a classe trabalhadora, as lutas antiopressão e a luta anticapitalista, especialmente na atual conjuntura de crise, em que o capitalismo, como máquina de moer gente, tem alimentado sua fornalha de grupos minoritários. Afinal, é mais fácil sucumbir ao capital quando se é uma pessoa preta, mulher, LGBTQIAP+, PCD ou indígena.

Considerações finais

As análises apresentadas neste estudo nos permitiram uma aproximação à compreensão do identitarismo inserido na lógica pós-moderna do capitalismo tardio, sob a hegemonia neoliberal. Logo, foi possível desvelar possíveis equívocos recorrentes frequentemente associados às lutas antiopressão. Além disso, o identitarismo tem se mostrado uma armadilha para os movimentos sociais e as lutas antiopressão, sendo uma estratégia do capitalismo para enfraquecer a organização de uma esquerda e de uma classe trabalhadora capaz de enfrentar o neoliberalismo. As chamadas minorias, na verdade, representam a maior parte do povo brasileiro, o que torna a fragilização das lutas antiopressão uma tática deliberada para desarticular a organização da classe trabalhadora. É fundamental unificar a representação simbólica das lutas à representação substantiva, para evitar a armadilha do identitarismo e o reducionismo do discurso pós-moderno. Nesse sentido, é necessário que teóricos de esquerda, assistentes sociais e demais profissionais comprometidos com a classe trabalhadora articulem o particular ao universal, evidenciando a relação intrínseca entre ambas as esferas.

Assim, é imperativo assumir o compromisso com as pautas raciais, femininas, indígenas, LGBTQIAP+, de pessoas com deficiência, e demais segmentos historicamente oprimidos, pois são essas pessoas que formam a maior parte da classe trabalhadora. Se a luta anticapitalista não integrar o combate às opressões, ela não é séria, efetiva, tampouco verdadeira. Ao rejeitar as particularidades da classe trabalhadora, o capital, sempre à espreita, reconfigura as lutas em seu favor, como fez com o identitarismo. Portanto, a solidariedade constrói a consciência de classe, e é hora de revitalizar as lutas, por meio da realização de um trabalho de base que politize as demandas dos grupos minoritários, inserindo-os em um movimento revolucionário que questione as estruturas de opressão. Esse é o desafio da esquerda e dos intelectuais a ela vinculados, assim como dos profissionais, como os assistentes sociais, que firmam um compromisso com as classes subalternas.

¹² Por isso, é crucial que o Serviço Social aborde em sua formação e na base curricular a intrínseca relação entre as lutas antiopressão e a superação da ordem do capital, para que estas não sejam vistas como apartadas desse movimento. Além disso, é preciso recorrer a teóricos que por muitos anos foram secundarizados ou esquecidos, mas que abordam essa relação dialética das opressões e sua funcionalidade para o capitalismo sob o prisma do materialismo histórico-dialético de análise, como Lélia González, Clóvis Moura, Frantz Fanon, Angela Davis etc., que defendem uma luta de classes concreta, com uma classe trabalhadora também concreta com suas determinações socio-históricas.

Em última análise, evidenciamos que a busca por igualdade e por melhores condições de vida em um sistema que se funda na desigualdade, exploração, dominação e opressão é uma tarefa impossível. Não há um capitalismo humanizado, e a barbárie que vivenciamos tratou de corroborar isso. O capitalismo, astutamente descrito por Nancy Fraser como “canibal”, consome tudo o que toca. Sem organização, seremos devorados por completo, as minorias como uma entrada para abrir o apetite e preparar o paladar para o prato principal: a classe trabalhadora. Diante disso, cabe-nos a reflexão final de Rosa Luxemburgo, que clama por um mundo onde sejamos, de fato, socialmente iguais, humanamente diferentes e completamente livres. Esse é o horizonte que devemos almejar, o verdadeiro desafio que se impõe à luta contra o sistema que nos devora.

Referências

BARROCO, M. L. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político.

Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 106, 2011. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000200002>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/rTywnLhQhmCyXCtYCSQWN9n/>. Acesso em: 2 fev. 2025.

BARROS, D. R. **Lugar de negro, lugar de branco?** Esboço para uma crítica à metafísica racial. 1. ed. São Paulo: Editora Hedra, 2019.

BARROS, D. R. **O que é identitarismo?** São Paulo: Boitempo, 2024.

BBC NEWS BRASIL. A foto que exhibe o ‘bromance’ dos barões das big techs com Trump.

BBC News Brasil, 20 jan. 2025. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c7vdnrn603yo>. Acesso em: 2 fev. 2025.

BOITEMPO. As mulheres de 1917. **Blog da Boitempo**, 14 jun. 2017. Disponível em:

<https://blogdaboitempo.com.br/2017/06/14/as-mulheres-de-1917-especial-revolucao-russa/>. Acesso em: 2 fev. 2025.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social:** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

CARTA CAPITAL. **Leia a íntegra do projeto que propõe o fim da escala 6x1.** Economia, 11

nov. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/leia-a-integra-do-projeto-que-propoe-o-fim-da-escala-6x1/>. Acesso em: 22 jun.2024.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESQUERDA DIÁRIO. Beyoncé é acusada de exploração e trabalho escravo na produção de sua nova coleção, Ivy Park. **Esquerda Diário**, 20 jan. 2025. Disponível em:

<https://www.esquerdadiario.com.br/Beyonce-e-acusada-de-exploracao-e-trabalho->

escravo-na-producao-de-sua-nova-colecao-lvy-Park?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter. Acesso em: 01 fev. 2025.

EVANGELISTA, J. E. **Teoria Social Pós-Moderna**: introdução crítica. Porto Alegre: Sulina, 2007.

EXAME. Trump lança ofensiva contra políticas de diversidade e inclusão. **Exame**, Agência de Notícias, 28 jan. 2025. Disponível em: <https://exame.com/mundo/trump-lanca-ofensiva-contrapoliticas-de-diversidade-e-inclusao/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, F. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FONTES, V. M. Notas para pensar o Estado a partir de Antônio Gramsci. In: SCHITTINO, M. (org.). **Estado, Direito e Marxismo**. São Paulo: Usina Editorial, 2023. v. 2.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 2.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GUERRA, Y. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Y. et al. (org.). **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018. p. 25–46.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LÖWY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 652–664, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/MFzdwxBBcNqHyKkckfW6Qn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 dez. 2024.

MANDEL, E. O Estado na fase do Capitalismo Tardio. In: **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANOEL, J. Duas teses sobre a questão racial no Brasil. **Blog da Boitempo**, 28 nov. 2019. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/11/28/duas-teses-sobre-a-questao-racial-no-brasil/>. Acesso em: 5 fev. 2025.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**: introdução. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K. **Miséria da filosofia**. Tradução de José Paulo Netto. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Guerra Civil dos Estados Unidos**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845–1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. B de. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

POLITIZE! Panteras negras: a luta e legado do movimento. **Politize!** 2025. Disponível em <https://www.politize.com.br/panteras-negras/>. Acesso em: 3 fev. 2025.

ROUANET, S. P. **As Razões do Iluminismo**. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SILVA, S. R. V. da. et al. Contribuições de Clóvis Moura para o Serviço Social brasileiro: por uma formação antirracista. **Lutas Sociais**, v. 27, n. 50, p. 145–160, 2023. DOI: 10.23925/lis.v27i50.69818. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/lis/article/view/69818>. Acesso em: 9 fev. 2025.

SILVA, S. S. de S. et al. Entre imperialismos, crises e neoliberalismos: contradições e desafios da assistência social brasileira. In: SILVA, A. X. da et al. (org.) **Ultraneoliberalismo, pós-graduação em Serviço Social no Brasil**. Campina Grande: EDUEPB, 2023. p. 211–236. Disponível em: <https://zenodo.org/records/10200675/files/UltraneoliberalismoPosGraduacao%20CORRET%20O.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2024.

SIMIONATTO, I. As Expressões Ideoculturais da Crise Capitalista na Atualidade e sua Influência Teórico Política. In: CFESS/ABEPSS. In: **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília, 2009.

TONET, I. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. In: CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço Social**: Direitos sociais e competência profissional. Brasília: UNB, 2009.

UGÁ, V. D. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, p. 55–62, nov. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/mmW4c4THp9XDfXjt9mxGSqM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jan. 2025.

YAZBEK, C.; IAMAMOTO, M. V. (org.). **Serviço Social na história**: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.

Yazbek, M. C. Os Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social Brasileiro na Contemporaneidade. In: CFESS/ABEPSS. In: **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília, 2009.

Submetido em: 27/2/2025

Aceito em: 13/5/2025